



EDITAL nº 061, de 2024 – SEI Nº 24.0.000003396-7

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no **VII SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VIII ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA (CEJUSCS)**, a se realizar no **5 de abril de 2024**, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: VII Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e VIII Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

Objetivo: Capacitar e aprimorar os(as) participantes para que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltadas à solução de conflitos, fomentar à autocomposição e o uso de seus métodos.

Período de Inscrições: As inscrições ocorrerão no período de **21 de março a 5 de abril de 2024**.

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico www.tjto.jus.br/esmat.

Público-Alvo: Magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense; Conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) no Nupemec; Facilitadores(as) restaurativos(as) credenciados(as) no Nupemec; Membros do Ministério Público, OAB e Defensoria Pública do Estado do Tocantins; Professores(as) da rede de ensino estadual e do município de Palmas; Professores(as) das Universidades conveniadas com a Esmat; Servidores(as) da SSP, PM, PC, Polícia Científica, CBM, SECIJU e SEDUC; Tabeliães(ãs) e registradores(as) do Estado do Tocantins; Estudantes e comunidade em geral..

Carga Horária: 8 horas-aula

Modalidade: Presencial

Local: Auditório do Tribunal de Justiça

2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 320

3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Serem magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.2 Serem conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) no Nupemec;
- 3.3 Serem facilitadores(as) restaurativos(as) credenciados(as) no Nupemec;
- 3.4 Serem membros do Ministério Público, OAB e Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- 3.5 Serem professores(as) da rede de ensino estadual e do município de Palmas;



- 3.6 Serem professores(as) das Universidades conveniadas com a Esmat;
- 3.7 Serem servidores(as) da SSP, PM, PC, Polícia Científica, CBM, SECIJU e SEDUC;
- 3.8 Serem tabeliães(ãs) e registradores(as) do Estado do Tocantins;
- 3.9 Serem estudantes e da comunidade em geral.

4 FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- 4.1 Os(As) inscritos(as) deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste Edital;
- 4.2 Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, para certificação;
- 4.3 Não haverá aferição de nota aos alunos e às alunas;
- 4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do Evento, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os(as) inscritos(as) deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato;
- 4.5 A frequência dos(as) participantes serão registradas por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período. Quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo(a) aluno(a);
- 4.6 Problemas de acesso à Plataforma da Esmat devem ser remetidos à equipe da Secretaria Acadêmica da Escola pelo e-mail: saesmat@tjto.jus.br ou pelo telefone: (63) 3218-4256.

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Programação do Evento será divulgada no Portal da Esmat: esmat.tjto.jus.br.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;
- 6.3 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do Evento, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Coordenação do Congresso.

Palmas-TO, 20 de março de 2024.

Desembargador MARCO VILLAS BOAS



Diretor Geral da Esmat

Certificamos que o EDITAL nº 061, de 2024, foi publicado , no Diário da Justiça nº 5.608, de 22 de março de 2024, pp. 114-115. O referido é verdade e dou fé.